

Sociedad Española de Historia Agraria - Documentos de Trabajo

DT-SEHA n. 1405

Marzo 2014

www.seha.info



OS SENTIDOS DO PASSADO: QUESTÃO AGRÁRIA E LUTA PELA TERRA NO INTERIOR DE SÃO PAULO (BRASIL, 1949)

S E H A

Vagner José Moreira*

* Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).
Contacto: moreiravagner@terra.com.br; vagnermoreira@msn.com

Resumo

Neste artigo, perscruto as memórias sobre o levante comunista de 1949, Fernandópolis, no Noroeste do Estado de São Paulo, Brasil. A disputa em torno da memória e na construção de sentidos está relacionado à ocultação histórica da luta pela terra e contra a exploração no campo. As versões oficiais sobre o movimento estão marcadas por memórias limitadas ao comunismo. Outras memórias relacionam as lutas dos trabalhadores nas décadas de 1940-50 às lutas pela terra dos trabalhadores rurais sem-terra contemporâneo. Esse ato interpretativo é relevante, pois atribui sentido ao fato e constitui-se em evidência de experiências plurais.

Palavras-chave: Trabalhadores, Memória, Movimentos Sociais, Revolução Agrária, Partido Comunista.

Resumem

En este artículo investigo las memorias sobre el levantamiento comunista de 1949, Fernandópolis, en el Noroeste del Estado de São Paulo, Brasil. La disputa en torno a la memoria y a la construcción de los sentidos está relacionada con la ocultación histórica de la lucha por la tierra y contra la explotación en el campo. Las versiones oficiales sobre el movimiento están marcadas por memorias limitadas al comunismo. Otras memorias relacionan las luchas de los trabajadores en las décadas de 1940-50 con las luchas contemporáneas por la tierra de los trabajadores sin-tierra. Ese acto de interpretación es relevante pues atribuye sentido al hecho histórico y constituye una evidencia de experiencias plurales.

Palabras clave: Trabajadores, Memoria, Movimientos Sociales, Revolución Agraria, Partido Comunista.

Abstract

In this article, search the memories of the communist uprising of 1949, Fernandópolis, in the Northwest of São Paulo, Brazil. The dispute around the memory and the construction of meanings is related to the hiding the historical struggle for land and against exploitation in the country. The official versions about the movement are marked for limited communism memories. Other memories relate to the struggle of workers during the decades of 1940-50 to the land struggles of rural landless contemporary. This interpretive act is relevant, since attributes meaning to fact and constitute in evidence plural experiences.

Keywords: Workers, Memory, Social Movement, Agrarian Revolution, Communist Party.

JEL Codes: J43, J 81, J83, P32.

Introdução

A versão oficial e hegemônica para o movimento social de trabalhadores, comumente conhecido como levante comunista de 1949, é limitada a ocorrência de determinados eventos na noite aprazada de 23 para 24 de junho do ano de 1949, tradicionalmente de festejos de São João em Fernandópolis, região Noroeste do Estado de São Paulo. De acordo com essa memória, a data foi escolhida para dar início à “revolução agrária” e “comunista no Brasil”. O processo criminal que indiciou os trabalhadores envolvidos no levante comunista em diversas passagens identifica-se formulações que indicam que no campo e na cidade, um grupo de trabalhadores projetou o movimento que tiraria da miséria os trabalhadores, eliminaria a injusta condição social reinante no país; por fim ao absolutismo dos patrões, à escravização, a ganância e a exploração dos intermediários. Ainda se declarava a inutilidade de se trabalhar para outrem, a distribuição gratuita da terra e encerrar de vez as ações imperialistas no país¹. Essa é uma dentre as muitas versões para o movimento social dos trabalhadores de 1949 em Fernandópolis².

A região em que está localizada a cidade de Fernandópolis já foi descrita como “sertão de São José do Rio Preto”, “Oeste Paulista”, “Alta Araraquarense”. Atualmente, é denominada “Noroeste paulista”. Fernandópolis tornou-se município em 1º de janeiro de 1945 e, anteriormente, pertencia ao extenso município de Tanabi, Estado de São Paulo. Tradicionalmente, a região de Fernandópolis é descrita como uma área de “expansão da fronteira” construída pela “marcha pioneira” nos “sertões” da Alta Araraquarense por meio da ação dos “infatigáveis continuadores dos bandeirantes”, responsáveis pelo “desbravamento das terras incultas”. A narrativa histórica construída a partir da perspectiva dos “destemidos desbravadores” privilegia e elege como sujeitos históricos os que foram identificados como “pioneiros” na “edificação” dos “alicerces da cidade”³, promovendo uma memória laudatória e hegemônica⁴. No entanto, é certo que as diversas cidades edificadas nessa região constituíram-se a partir da especulação imobiliária da burguesia paulista e da sua política de

¹ PROCESSO CRIME n. 140, de 1949. Comarca de Votuporanga-SP. O inquérito policial foi instaurado pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). O processo criminal pela Justiça Pública do Estado de São Paulo, Comarca de Votuporanga, em que criminalizou mais 40 trabalhadores. Com a numeração justaposta ao inquérito policial, o processo criminal totaliza 762 folhas.

² Cf. MOREIRA, V. J. *O levante comunista de 1949: memórias e histórias da luta pela terra e da criminalização dos movimentos sociais de trabalhadores no Noroeste paulista*. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2012.

³ COSTA, R. M. S.; COSTA, V. L. Fernandópolis – das raízes à consolidação da emancipação. In: PESSOTA, A. J. et al. *Fernandópolis: nossa história, nossa gente*. Fernandópolis: Bom Jesus, 1996. p. 10-16.

⁴ O Senso de 1950, publicado no periódico Fernandópolis-Jornal, informa que município de Fernandópolis era composto de cinco distritos: Distrito da Sede Municipal/Cidade 5.670 habitantes; Zona Rural 21.895 habitantes; Distrito Indiaporã 830 habitantes; Distrito Meridiano 316 habitantes; Distrito Macedônia 588 habitantes; Distrito Pedranópolis 224 habitantes; Total: 29.523 habitantes. FERNANDÓPOLIS-JORNAL, n. 277, 27/05/1951, p. 1.

indústria de cidades, como afirma Sedeval Nardoque, em que “a grilagem de terras, a fundação de cidades, a especulação imobiliária e os conflitos de terras foram comuns”⁵.

A luta pela terra: entre revoluções e a Guerra Fria

As disputas em torno dos sentidos do passado revelam dimensões das contradições vividas, das relações dominantes de poder e da luta de classes. O processo de ocultação histórica de experiências sociais dos trabalhadores, em seus diversos movimentos de luta por transformações sociais, em particular a luta pela terra – reforma agrária –, tem sido utilizada na composição de um saber histórico dominante – hegemônico.

As versões narrativas do movimento de trabalhadores de junho de 1949, o levante comunista, estão marcadas por disputas em torno dos sentidos da memória, cujo processo histórico vivido é significado, por vezes, pelo esquecimento ou a recusa em lembrar-se desse passado, bem como pelo “medo” que o movimento provocou junto à “população da cidade”. Versões sobre a “ameaça comunista” parecem povoar as memórias de muitos. Por outro lado, reminiscências sobre o movimento de 1949 relacionam as lutas dos trabalhadores nas décadas de 1940-50 às lutas pela terra promovidas pelos trabalhadores rurais sem-terra hodiernos. Esse fato relevante constitui-se em indício e depois em evidência de experiências vividas que não podem ser reduzidas a um “movimento comunista de revolução agrária” ou apenas levante comunista⁶.

De fato, os movimentos sociais de trabalhadores que ocorreram naqueles tempos no campo podem ser descritos e interpretados como levantes de trabalhadores na luta por direitos trabalhistas, contra as relações sociais de exploração a que estavam submetidos, em alguns momentos, como movimentos de luta pela terra. Durante as décadas de 1940-60 foram intensas e o debate em torno da reforma agrária, envolvendo sujeitos diversos, tais como, os trabalhadores rurais, a Igreja Católica, Partido Comunista do Brasil (PCB) e o Congresso

⁵ NARDOQUE, S. *Renda da terra e produção do espaço urbano em Jales – SP*. 2007. 445 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, UNESP, Rio Claro, 2007. p. 35.

⁶ Sobre a perspectiva teórica para a discussão dos sentidos do passado e da memória, Cf. HOBBSAWM, E. J. *Sobre história*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. GRUPO MEMÓRIA POPULAR. *Memória popular: teoria, política, método*. In: FENELON, D. R. et al. *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004. KHOURY, Y. A. *Historiador, as fontes orais e a escrita da história*. In: ALMEIDA, P. R.; KHOURY, Y. A.; MACIEL, L. A. (Orgs.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006. KHOURY, Y. A. *Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história*. In: FENELON, D. R. et al. (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004.

Nacional⁷. Na região de Noroeste paulista, muitos foram os conflitos em torno da posse pela terra⁸.

A construção histórica e social de memórias sobre o movimento social dos trabalhadores no ano de 1949 em Fernandópolis evidencia a disputa e a construção da memória em torno do termo “levante”, na descrição e interpretação dos movimentos sociais. Naquele momento histórico, a noção foi apropriada pelos agentes do DOPS⁹, pelos entes da Justiça e pela imprensa, sendo disseminada no social com o adjetivo “comunista”. Esse fato foi deliberado com o objetivo de criminalizar policial e politicamente os movimentos sociais dos trabalhadores que ocorriam desde 1946, pelo menos, na região de Fernandópolis.

Olhar em perspectiva para esse período do passado levou-me a identificar a noção “levante” como um termo ambivalente, que não deve ser abandonado pelo historiador, pois descreve práticas de lutas e compõe a tradição de lutas dos movimentos sociais dos trabalhadores, sendo assim objeto da historiografia¹⁰. As disputas em torno da memória do

⁷ CARDOSO, H. H. P. Os anos 50, o projeto de industrialização e o tema da reforma agrária. In: MACHADO, M. C. T.; PATRIOTA, R. (orgs.). *Política, cultura e movimentos sociais: contemporaneidades historiográficas*. Uberlândia/MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2001. MEDEIROS, L. S. Luta por terra e organização dos trabalhadores rurais: a esquerda no campo nos anos 50/60. In: MORAES, J. Q.; ROIO, M. del. (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Visões do Brasil. Campinas, SP: UNICAMP, 2000. v. 4. PRADO JÚNIOR, C. *A questão agrária no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000. RANGEL, M. S. *Medo da morte e esperança de vida: uma história das ligas camponesas*. 2000. 372 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

⁸ Cf. BARRIGUELLI, J. C. *Subsídios à história das lutas no campo em São Paulo (1870-1956)*. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, Arquivo de História Contemporânea, v. 2, 1981. BISCARO NETO, N. *Memória e cultura na história da Frente Pioneira (Extremo Noroeste paulista – décadas de 40 e 50)*. 1993. 180 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993. BRUSANTIN, B. M. *Na boca do sertão: o perigo político no interior do Estado de São Paulo (1930-1945)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003. CHAIA, V. L. M. *Os conflitos de arrendatários em Santa Fé do Sul – SP (1959-1969)*. 1980. 163 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1980. REIS, N. *Tensões sociais no campo: Rubinéia e Santa Clara D’Oeste*. 1990. 255f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1990. VIEIRA, V. L. *Cooptação e resistência: um estudo sobre o movimento dos trabalhadores em São Paulo, de 1945 a 1950*. 1989. 283 f. Tese (Mestrado História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989. WELCH, C. A.; GERALDO, S. *Lutas camponesas no interior paulista: memórias de Irineu Luís de Moraes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. WELCH, C. A. *A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

⁹ Utilizo a sigla DOPS para *Departamento de Ordem Política e Social*, como órgão da *Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo*, como está impresso nos diversos documentos no período. O DOPS foi criado no Estado de São Paulo em 30/12/1924 e a sigla DEOPS, para “Departamento Estadual de Ordem Política e Social”, tornou-se usual a partir de 1975, alterando inúmeras vezes a sua denominação durante todo esse período. Geralmente, a Seção Política do DOPS era encarregada de investigar e reprimir as organizações políticas e a Seção Social encarregada de investigar e reprimir os movimentos sindicais e diversos movimentos sociais por direitos trabalhistas e sociais, para, assim, forjar uma suspeição generalizada e estigmatizada sobre diversos sujeitos e organizações e movimentos.

¹⁰ Cf. HOBBSAWM, E, J. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. _____. *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. 2 ed. São Paulo: Paz e terra, 2000. _____. RUDÉ, G. *Capitão Swing: a expansão capitalista e as revoltas rurais na Inglaterra do início do*

movimento habilitam o uso do termo “levante” como um dos termos para a descrição das diversas lutas dos trabalhadores naquele período: alguns trabalhadores se “levantaram”, ou se deslocaram politicamente em movimento social, para lutar contra o pagamento da renda da terra e os despejos das fazendas. Outros lutavam para minimizar a exploração do assalariamento, do armazém, do “câmbio negro” e das duras condições de vida. Outros, ainda, levantavam-se para lutar movidos pelo projeto da terra repartida, bem como de trabalhar na própria terra. Houve também aqueles trabalhadores que lutavam, sim, “levantaram-se” por uma “revolução agrária e comunista”¹¹.

As lutas dos trabalhadores rurais naquele período foram forjadas na tensão e na relação com os grupos que exerciam poder na cidade e no campo. Os projetos elaborados para suas vidas têm a marca dessa experiência social: viviam num ambiente complexo, de forte pressão política por conta da Guerra Fria, ambiente político e social em que as tensões locais foram entremeadas e exacerbadas com as operações da Polícia Política e Social do Estado de São Paulo, o DOPS.

A categoria *revolução* – muito utilizada no período – constituiu-se, particularmente, uma das inúmeras “metáforas clássicas da transformação” social da modernidade quando anunciada pelos trabalhadores, mobilizados ou não em suas organizações sindicais e partidárias. A *revolução* moveu, orientou, como afirma Stuart Hall¹², o imaginário radical de muitos no século passado, mesmo que a realidade se apresentasse de forma complexa e a “teoria” da qual partiam “fossem costurados um ao outro por uma correspondência rudimentar; de tal forma que, quando as hierarquias sociais são derrubadas, uma inversão dos valores e símbolos culturais tem que acontecer, mais cedo ou mais tarde”¹³, enfim, “metáforas da transformação” distante da realidade que se queria transformar. Todavia, os trabalhadores projetavam e faziam *revoluções* e foram prontamente combatidos pela burguesia urbana e agrária e sua respectiva polícia. As transformações e o processo histórico poderiam ser compreendidos de forma simplista e mecânica, “costurados um ao outro por uma

século XIX. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982. THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 1, 1997. _____. *A formação da classe operária inglesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 2, 1988. _____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. _____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. _____. *Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

¹¹ Cf. MOREIRA, V. J. *O levante comunista de 1949...*

¹² HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Org. L. SOVIK. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: UNESCO, 2003. p. 219-244.

¹³ HALL, S. *Da diáspora...*, p. 220.

correspondência rudimentar”¹⁴. A transformação era compreendida como uma simples “inversão” ou “substituição” de uma classe por outra nas diversas instituições de poder e do Estado.

A partir de um esforço para não cometer anacronismo na interpretação daquele processo histórico vivido na metade do século passado – ponderando que a noção de *revolução* governava e moldava a vida de muitos trabalhadores (incluindo diversos deles em Fernandópolis, militantes ou não do PCB), foi a partir dessas perspectivas que os trabalhadores atribuíam significados às experiências e práticas –, é possível apreender a noção *revolução* como “repertórios de resistência”, constituindo-se no contrateatro encenado pelos trabalhadores em suas lutas pela terra, contra as violências e exploração das relações de trabalho (arrendamento, meia, colonato, assalariamento, entre outras), ou para a ampliação de direitos e reversão de injustiças. De fato, a *revolução proletária e camponesa* não estava posta seriamente pelo próprio PCB, e o *Manifesto de Janeiro de 1948*, ou *Como enfrentar os problemas da revolução agrária e antiimperialista* – de autoria atribuída a Luis Carlos Prestes¹⁵, objetivava orientar o partido e seus militantes – expressava um momento de radicalização do PCB diante da cassação do registro do partido e dos mandatos parlamentares¹⁶. Contudo, o imaginário social em torno do projeto de uma revolução alimentava utopias, projetos e expectativas de muitos sujeitos e atravessava o social.

Para a interpretação histórica do levante comunista de 1949 cogito e indago narrativas orais produzidas em 1996 para a escrita do artigo sobre o “levante comunista”¹⁷ e para o livro sobre a “história da cidade”¹⁸, obra que celebra a memória laudatória, fontes orais produzidas

¹⁴ Idem, p. 220.

¹⁵ PRESTES, L. C. Como enfrentar os problemas da revolução agrária e antiimperialista. *Problemas*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 18-42, abr. 1948.

¹⁶ Os manifestos de 1948 e de 1950 foram discutidos amplamente pela historiografia que tematiza o PCB no período. Beatriz Ana Loner afirma que “de 1948 a 1951, aproximadamente, temos a fase de maior radicalização da linha política, cujo documento mais expressivo é o conhecido pelo nome de ‘Manifesto de Agosto’. A partir de meados de 1951, esta proposta vai abrindo-se paulatinamente, mantendo-se até o IV Congresso do partido, em novembro de 1954. [...] É o ‘Manifesto de Janeiro’ [de 1948], a primeira e imediata resposta do partido à extinção dos mandatos. Orientando-se pelo informe de Zhdanov, caracterizavam a situação nacional como de avanço da reação em todos os terrenos, possibilitado pela aliança entre latifúndio e imperialismo, com o apoio da grande burguesia bancária, comercial e industrial. Pretendem esclarecer as massas, para que lutem pela derrubada do governo e instauração de um governo nacional-popular. Deve-se lutar pela independência nacional, contra o imperialismo, em defesa das liberdades democráticas, do nível de vida das massas, da indústria nacional, etc.” LONER, B. A. *O PCB e a linha do “Manifesto de Agosto”*: um estudo. 1985. 206 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1985. p. 68, 87-88.

¹⁷ Cf. COSTA, R. M. S.; MALACRIDA, P. M. M. M.; SUGAHARA, A. M. A. Semente comunista em solo conservador. In: PESSOTA, A. J. et al. *Fernandópolis: nossa história, nossa gente*. Fernandópolis: Bom Jesus, 1996.

¹⁸ PESSOTA, A. J. et al.. *Fernandópolis: nossa história, nossa gente*. Fernandópolis: Bom Jesus, 1996, p. 10-16.

no desenvolvimento dessa pesquisa, processo criminal, relatórios policiais (DOPS), dentre outros materiais históricos¹⁹.

Memórias construindo histórias...

A narrativa oral de Oswaldo Felisberto é representativa para o prelúdio da perscrutação do processo histórico em que memórias construíram histórias sobre o movimento social dos trabalhadores. A representatividade de determinadas entrevistas está relacionada aos campos de possibilidades e tendências presentes nas narrativas orais, os contornos dos procedimentos narrativos e simbólicos compartilhados socialmente – a experiência excepcional e os fatos excepcionais narrados. Como afirma Alessandro Portelli, “talvez porque nos revelam o que foi possível”²⁰. Os sujeitos, quando narram, atribuem sentidos às suas vivências e às vivências de outras pessoas. Nesse processo, a subjetividade desses sujeitos expressa significados, expectativas e “campos de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias”²¹. A experiência narrada produz atos interpretativos do presente e do passado, marcados por procedimentos narrativos e simbólicos. Esses atos interpretativos constituem em fatos históricos para o historiador.

Oswaldo Felisberto exerceu a profissão de contador logo que chegou à cidade, em 1943, foi dentista prático por um longo período, talvez até o final da década de 1950, quando iniciou o curso de odontologia em Uberaba-MG, abandonado depois de um ano e meio de curso. Em 1952 foi também professor no colégio público em Fernandópolis. No início da década de 1960 começou a trabalhar na Casa da Lavoura da cidade e aposentou-se como funcionário da Secretária da Agricultura do Estado de São Paulo, lotado na cidade de São Paulo. Desde meados da década de 1940, posicionou-se politicamente como comunista e em 1951 foi eleito vereador, militando na cidade como mediador de movimentos sociais, principalmente, na luta em defesa dos interesses dos trabalhadores rurais. Em descrição elaborada por Yara Maria Felisberto, sua filha, Oswaldo era um eloquente orador e participava das reuniões do Partido Comunista, estando sempre muito próximo dos comunistas; porém, afirma-se, não participou do movimento de 1949.

¹⁹ Sobre a metodologia da fonte oral, Cf. MOREIRA, V. J. Propriedades da evidência, narrativas orais e a escrita da história: memórias sobre trabalhadores na luta pela terra. *História e Perspectivas*, Uberlândia, n. 48, p. 239-282, jan./jun. 2013. Para a metodologia no uso dos demais materiais, Cf. MOREIRA, V. J. *O levante comunista de 1949...*

²⁰ ALMEIDA, P. R.; KHOURY, Y. A. História oral e memórias: entrevista com Alessandro Portelli. *História & Perspectiva*, Uberlândia, n. 25/26. p. 27-54, jul./dez. 2001; jan./jun.2002. p. 32.

²¹ PORTELLI, A. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, v.. 1, n. 2, 1996. p. 72.

Oswaldo Felisberto, ao ser questionado sobre o “levante comunista”, em entrevista concedida a Áurea Maria de Azevedo Sugahara em 1996, explica:

Áurea Sugahara: Fala uma coisa senhor Oswaldo, em 1949 houve um levante comunista? O que o senhor saberia me dizer a respeito?

Oswaldo Felisberto: Não houve propriamente... Não houve o levante comunista. Lá o que houve foi o seguinte: era o tipo dos sem-terra, era o tipo do indivíduo sem-terra liderado por Antônio Joaquim. Antônio Joaquim mais uns guerrilheiros... guerrilheiros não, uns lavradores, não é! Que queriam desapropriar a fazenda do Veloso, lá em Ouroeste, onde Antônio Joaquim... onde Antônio Joaquim tinha fazenda. Então eles levantaram lá em... e vieram para tomá Fernandópolis. Mas não tomaram!

Áurea Sugahara: Não chegaram?

Oswaldo Felisberto: Não tomaram nada!

Áurea Sugahara: Houve uma tentativa?

Oswaldo Felisberto: Foram até no Caxi só. Foram até ali no Caxi. No Caxi eles voltaram... desmancharam tudo²².

A questão elaborada pela pesquisadora sobre o levante comunista ocorre no meio da entrevista de 32 minutos. Antes de tratar sobre o levante comunista, Felisberto fora indagado ou motivado a falar sobre a “história política de Fernandópolis” e sobre os diversos sujeitos que exerceram o poder político local. As questões iniciais elaboradas por Áurea Sugahara e a narrativa de Oswaldo Felisberto constituem atos interpretativos sobre o presente e sobre o passado da cidade. O diálogo entre a entrevistadora e o entrevistado é iniciado a partir dessas questões, talvez diante das pressões políticas para elaboração do “livro sobre a história da cidade”. Felisberto também se sentia mais à vontade para falar a respeito desses temas. Parece que Felisberto estava reticente quanto a conceder a entrevista e falar sobre sua militância e sobre o “movimento comunista na cidade”.

A versão narrada por Oswaldo Felisberto modifica os fatos tal como eles ocorreram. Primeiro, os conflitos em torno da luta pela terra não estavam limitados à “desapropriação” da fazenda do Veloso e, segundo, os trabalhadores chegaram até Fernandópolis, não retornando do atual Córrego do Caxi, antigo Córrego da Capivara. Foi justamente no Córrego do Caxi que ocorreram os conflitos entre o inspetor de quartirão José Honório da Silva, que teve sua casa e bar alvejados, e os trabalhadores, que de lá se deslocaram pouco depois para Fernandópolis. Em Populina, Guarani D’Oeste e no Córrego do Caxi, que naquele período constituíam-se em vilas pertencentes ao município de Fernandópolis, ocorreram conflitos

²² Oswaldo Felisberto. Santo André/SP, entrevista realizada por Áurea Maria de Azevedo Sugahara em 1996, sem data precisa. O trecho da entrevista citado não foi utilizado e problematizado no artigo pelas autoras, Cf. COSTA, R. M. S.; MALACRIDA, P. M. M.; SUGAHARA, A. M. A. Semente comunista em solo conservador. In: PESSOTA, A. J. et al. *Fernandópolis: nossa história, nossa gente*. Fernandópolis: Bom Jesus, 1996.

armados. Tais fatos não se verificaram em Fernandópolis. Talvez tenha sido esse o motivo que levou Felisberto afirmar que não “houve levante comunista” na cidade, constituída por um núcleo urbano central, local em que residia Felisberto. A pergunta formulada corrobora a resposta de Felisberto. Certamente a compreensão e os significados de um levante comunista para Felisberto não se encaixava no movimento que ocorreu naquela noite de 23 para 24 de junho de 1949. Como também parece não estar mais certo no seu presente, 1996, que aquela era a melhor alternativa para a resolução dos problemas vividos pelos trabalhadores.

Das reminiscências de Osvaldo Felisberto emergem indícios dos conflitos em torno da luta pela terra, pois, em 1996, tempo presente da narrativa, relacionar o movimento de trabalhadores de 1949 à luta pela reforma agrária organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) é significativo dos sentidos atribuídos à luta dos trabalhadores durante as décadas de 1940 e 1950. Em muitas narrativas orais, as versões construídas sobre os movimentos sociais dos trabalhadores em Fernandópolis, especificamente o movimento de 1949, significam aquelas lutas como lutas pela terra ou reforma agrária, aproximando-as, histórica e politicamente, das lutas dos trabalhadores rurais sem-terra nos dias de hoje.

As memórias e os significados atribuídos por esses sujeitos históricos entrevistados às experiências vividas por eles ou por outros sujeitos foram formuladas dentro de um ambiente específico e de relações subjetivas estabelecidas entre entrevistadores e entrevistados, com suas diversas práticas sociais, marcados pelo ambiente político e social que estes sujeitos ocuparam nesse processo histórico, bem como pelo momento de suas vidas naquele presente. As memórias de atos interpretativos, a partir das reminiscências formuladas em 1996 e no tempo presente desta pesquisa sobre o movimento de 1949, constituem fato relevante na investigação de evidências de experiências, de modos de vida e de luta, assim como dos diversos projetos e memórias em disputa²³.

Mesmo querendo negar a ocorrência do “levante”, os trabalhadores são inicialmente caracterizados como “guerrilheiros”. Dentre todas as entrevistas realizadas pelo grupo de pesquisadores para elaboração do “livro sobre a história da cidade” e as entrevistas realizadas

²³ Cf. ALMEIDA, P. R. “Cada um tem um sonho diferente”: histórias e narrativas de trabalhadores no movimento de luta pela terra. In: ALMEIDA, P. R.; KHOURY, Y. A.; MACIEL, L. A. (Orgs.) *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006. KHOURY, Y. A. Do mundo do trabalho ao mundo dos trabalhadores. In: PORTELLI, A et al; VARRUSSA, J. R (org.). *Mundo dos trabalhadores, lutas e projetos: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea*. Cascavel/PR: EDUNIOESTE, 2009. _____. Historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: ALMEIDA, P. R.; KHOURY, Y. A.; MACIEL, L. A. (Orgs.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006. _____. Muitas memórias,

para a pesquisa, apenas a narrativa de Felisberto, mesmo que reelaborada logo a seguir, identifica os trabalhadores com o termo “guerrilheiro”. É provável que o entrevistado identifique o movimento de luta pela terra organizada pelo MST como uma luta de guerrilha – política e revolucionária – que não se restringe à reforma agrária: a entrevista foi concedida em meados da década de 1990, justamente num período em que as tensões e diversos conflitos em torno da luta pela terra organizada pelo MST estavam em contundente evidência e visibilidade pública.

A relação pode ser compreendida à medida que se considera o momento da concessão da entrevista e como aquele tempo era vivido por Oswaldo Felisberto. Durante a década de 1950-60, Felisberto sofreu muito com a repressão policial, mudando várias vezes de cidade e vindo a falecer em Santo André, no ABC Paulista. Chegou morar com a família em Uberaba, onde começou a faculdade de odontologia, mas ali passou por sérios problemas e não concluiu o curso. Parece que as perseguições não estavam relacionadas apenas às suas atividades políticas, mas ao exercício da profissão de dentista prático. É provável que Felisberto relacione a repressão à atividade exercida como dentista prático à sua militância política, o que pode ter acontecido na realidade, mesmo considerando, no início da década de 1950, que a política do Serviço de Fiscalização do Exercício Profissional da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo tenha regulamentado a profissão e iniciado a repressão aos dentistas práticos. Na década de 1950, por quatro vezes o consultório de Felisberto foi interditado (20/01/1951, 21/02/1952, 26/07/1955 e 04/09/1956), bem como indiciado em inquérito policial (e, posteriormente, processado) por “exercício ilegal da profissão”. Ainda enquanto era acadêmico de odontologia em Uberaba, no período entre 1957 e 1958, esteve sendo investigado pela Delegacia de Polícia de Fernandópolis e inquirido em carta precatória pela Delegacia de Polícia de Uberaba em função do exercício ilegal da profissão²⁴.

Quando já trabalhava na Casa da Lavoura em Fernandópolis, logo após o golpe civil-militar em 1964, Felisberto foi preso em Fernandópolis e transferido para a prisão de Lins, Estado de São Paulo, ali ficando preso por mais de um mês. Ao retornar, seu cargo havia sido transferido para a cidade de Votuporanga, o que criou dificuldades para o exercício das atividades de Oswaldo Felisberto. Essas vivências foram experienciadas como transtornos e marcaram a vida de Oswaldo Felisberto e de toda a sua família. Sua filha Yara relata que

outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, D. R. et al. (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004.

²⁴ DELEGACIA DE POLÍCIA DE FERNANDÓPOLIS. Prontuário 473 – Oswaldo Felisberto. Em “Comunicação Criminal do Juízo de Direito da Comarca de Fernandópolis” à Delegacia de Polícia de Fernandópolis, Of. n. 232, de 6 de abril de 1960, anexada no Prontuário, informa que Felisberto foi absolvido.

“determinadas pessoas” delataram o seu pai para os militares por pura perseguição política, quando ele já não atuava mais no partido.

A discriminação e perseguição política fizeram-se presentes no enredo das entrevistas de Yara Felisberto e de Idelma Felisberto, filha e esposa, respectivamente, de Oswaldo Felisberto, sendo interpretado pelas entrevistadas como pressões para os diversos deslocamentos até a fixação de moradia em Santo André. Como afirma Yara, “nos empurraram pra fora da cidade”. Meu primeiro contato com Yara foi por telefone, que se mostrou, desde o início, reticente em relação à realização da sua entrevista e, na entrevista com sua mãe, afirmando: “a gente não lembra de nada”, “a mãe não sente a vontade para falar”, “eliminamos essa fase da nossa vida”, entre outras frases denotativas de um passado que deveria continuar onde estava – no passado, “esquecido”.

A narrativa de Idelma Felisberto está marcada por frases significativas a respeito de como vivenciaram essas experiências e do trabalho da memória, em que busca esquecer-se do vivido: “E... deixa eu ver o que mais **posso dizer**, que eu **posso me lembrar!** [...] **a vida aqui foi meio dura!** [...] Porque o movimento deles iam crescendo e os outros achavam ruim, então começou a perseguição. Foi isso! **Eu não me lembro mais nada**”²⁵.

Narrativas entremeadas de silêncios e reticências, carregadas de digressões, reforçam os sentidos atribuídos à experiência vivida como tempos que foram vividos em meio a tensões, conflitos e privações. A narrativa fragmentada de Idelma Felisberto parece querer reforçar a imagem de um tempo que não foi apenas difícil de ser vivido, mas também difícil de ser lembrado.

Embora o processo de composição das memórias e as reminiscências do vivido constituíssem um processo traumático²⁶ e dolorido para a família, Yara Felisberto identificou os sentidos das lutas de seu pai e daquele tempo:

Yara Maria Felisberto: Então eu acho que naquele tempo, eu acho que eles eram muito idealistas. Eles desenvolviam as idéias deles, preconizavam um mundo bom. Um mundo onde todo mundo fosse feliz, onde todos pudessem ter um pedaço de chão, o seu... a sua... o seu trabalho de uma forma tranquila. Isso daí incomodou muito, porque em uma época que predominava o latifúndio, eram os grandes proprietários de terras, né! As terras eram ainda muito pouco, assim..., era uma concentração de terras muito grande nas mãos de poucos, então falava em reforma agrária, era complicado, e a bandeira deles era a reforma agrária!
Pesquisador: Era?

²⁵ Idelma Felisberto. Fernandópolis/SP. 19/08/2006. Acervo do pesquisador. (Grifos nosso).

²⁶ Cf. THOMSON, A. Quando a memória é um campo de batalha: envolvimento pessoais e políticos com o passado do Exército Nacional. *Projeto História*, São Paulo, EDUC, n. 16, p. 277-296, EDUC, fev. 1998. _____. Reconstruindo a memória: questões sobre as relações entre história oral e as memórias. *Projeto História*, São Paulo, EDUC, n. 15, p. 51-84, abr. 1997.

Yara Maria Felisberto: E até hoje ainda é, e tá aí a briga por causa de terra e é uma confusão que parece que não tem fim! Mas naquele tempo não era assim uma coisa tão... Principalmente eles que viviam na cidade, que pregavam a... reforma agrária como uma divisão assim..., mais de uma forma tranquila, não era de uma forma..., não sei em outros grupos como é que as coisas aconteciam, mas entre eles eram uma coisa...²⁷.

No processo histórico e social de construção das memórias e dos sentidos atribuídos ao movimento dos trabalhadores, o presente é sempre referenciado como contraponto do lembrar. A luta pela terra nos dias atuais, empreendida pelos movimentos dos trabalhadores rurais sem-terra, significada como uma “briga por causa de terra” e “confusão que parece que não tem fim”, permeia a elaboração da versão sobre o movimento de 1949 e das lutas dos trabalhadores “naquele tempo”. A utilização do presente como referência tem sentido de suavizar as práticas de luta no final da década de 1940 e início da década seguinte: a prática de luta pela terra emerge na entrevista como uma “forma tranquila”. Yara Felisberto chama a atenção para os conflitos vividos numa “época que predominava os latifúndios” e de “grandes proprietários de terra” – elementos intrínsecos, em qualquer tempo, aos conflitos e lutas diversas dos trabalhadores pela terra.

A construção de uma versão para o tempo do movimento de 1949 pela filha de Oswaldo Felisberto leva-a a produzir imagens sobre as práticas de luta dos trabalhadores por meio do distanciamento dos conflitos e da violência da luta pela reforma agrária no presente. Em alguns momentos, para explicar sua interpretação sobre a luta pela terra no presente e caracterizar a luta empreendida pelo seu pai no passado, Yara Felisberto utiliza as imagens de “violência” e “extremismo” dos conflitos no oriente médio, repugnando-os e valorando-os como práticas caracterizadas pelo “radicalismo” e pela “intransigência”. Parece que a preocupação de Yara Felisberto é com a construção de memórias e de imagens de seu pai e do movimento como “tranquilo”(s), de pessoas que lutavam por meio das “palavras”, das “ideias liberais e lutam por isso e lutam de uma forma muito violenta hoje. Naquela época não!”. Essa atitude de Yara Felisberto certamente está relacionada com o vivido (repressão e a perseguição política) pela família ante a militância comunista de seu pai e da própria trajetória de Oswaldo Felisberto durante a década de 1980-90, o que a faz reavaliar a posição política de seu pai.

Todavia, “naquele tempo”, Oswaldo Felisberto era firme e convicto nas posições que assumia, conforme seus posicionamentos durante as sessões da Câmara Municipal de

²⁷ Yara Maria Felisberto. Fernandópolis/SP. 12/08/2006. Acervo do pesquisador. Yara nasceu em 22/02/1950. Foi professora de História, Diretora de Escola e aposentou-se como Supervisora de Ensino em Santo André, Estado de São Paulo.

Fernandópolis²⁸. Quando questionada em sua entrevista sobre suas memórias sobre o “levante comunista” e sobre as lutas daqueles tempos, Idalina Maldonado atribui a Oswaldo Felisberto a autoria de uma palavra de ordem, provavelmente entoada desde os movimentos sociais de 1946:

Idalina Maldonado: Nós fizemos passeata, que até o Oswaldo Felisberto fez aquele versinho: **“Leite, carne e pão, açúcar sem cartão, o povo organizado combate a reação”**. Isso é bonito, isso foi Oswaldo Felisberto, ele também era, assim, bem influente.

Pesquisador: Como era? Leite...

Idalina Maldonado: Leite, carne e pão, açúcar sem cartão, o povo organizado combate a reação.

Pesquisador: “Sem cartão”, porque era controlado?

Idalina Maldonado: Era controlado, tinha que tê o cartão pra comprá o açúcar, o querosene, o óleo²⁹.

O conteúdo do “versinho” tinha significados sociais para os trabalhadores daquele tempo. Para Alessandro Portelli, o fato de narradores comporem suas narrativas com “materiais formalizados”, máximas, provérbios, ditos populares, entre outras formas, pode indicar “o grau no qual um ponto de vista coletivo existe dentro da narrativa do indivíduo”. Como ainda assevera Portelli, a história de determinados eventos “são contadas repetidas vezes ou discutidas com membros da comunidade; a narrativa formalizada, mesmo a métrica, pode ajudar a preservar uma versão textual de um evento”³⁰. Parece ser o caso das reminiscências de Idalina Maldonado ao se lembrar do verso depois de décadas. Esse fato leva-me a presumir que inúmeras foram as ocasiões em que a máxima fora entoada nas diversas manifestações e movimentos do período. O “versinho” atribuído poeticamente a Oswaldo Felisberto desvela as condições de vida, vividas como pressões, naquele final da

²⁸ ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS EM SUA 6ª SESSÃO ORDINÁRIA EM 1 DE ABRIL DE 1952 apud FERNANDÓPOLIS-JORNAL. Semanário, n. 358, 25 de maio de 1952, p. 1.

²⁹ Idalina Maldonado. Fernandópolis, 13/07/2005. Acervo do pesquisador. (Grifos nosso). Idalina nasceu em 03/10/1912 em Catiguá/SP (antiga Ibarra). Idalina, junto com o marido José Maldonado, participava das atividades relacionadas ao PCB na cidade. José Maldonado fora fichado no DOPS, Cf. Prontuário 73.253 – José Maldonado. DEOPS/SP, DAESP. De acordo com suas próprias memórias, Idalina, junto com outras mulheres, fazia parte da “Associação Feminina” do partido na cidade. A entrevista com Idalina foi concedida com a presença de seus filhos e realizada no período de elaboração do projeto de pesquisa, num momento em que não vislumbrava a problemática central da tese. Durante a entrevista, Hélio Maldonado, um de seus filhos, participou, efetivamente, tecendo comentários e respondendo a indagações que eram direcionadas para sua mãe. Na entrevista Idalina e Hélio em alguns momentos chegaram a negar a ocorrência do “levante comunista”. Idalina Maldonado, em entrevista para as autoras do artigo “Semente comunista em solo conservador”, faz alusão ao verso, mas sem atribuí-lo a Oswaldo Felisberto, Cf. COSTA, R. M. S.; MALACRIDA, P. M. M. M.; SUGAHARA, A. M. A. Semente comunista em solo conservador. In: PESSOTA, A. J. et al. *Fernandópolis: nossa história, nossa gente*. Fernandópolis: Bom Jesus, 1996.

³⁰ PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre ética na história oral. *Projeto História*, São Paulo, EDUC. 15, p. 13-49, abr. 1997, p. 30; 33.

década de 1940. Parece que o conteúdo da palavra de ordem compunha-se nos diversos aforismos impressos nos periódicos comunistas do período. Todavia, o fato de Oswaldo Felisberto entoá-la ou ser mesmo o autor da máxima permite afirmar que assumia a frente nas passeatas ou nas concentrações de trabalhadores rurais que ocorriam na cidade.

Em 22 de outubro de 1946, o delegado de polícia de Fernandópolis, Antonio Espinhel Castelo Branco, produziu um relatório policial para o inquérito policial instaurado contra Felisberto e José Ramos Filho, disponível no prontuário de Oswaldo Felisberto no DOPS:

Relatório. De acordo com o determinado pelo despacho de folhas, esta Delegacia prosseguiu o presente inquérito policial instaurado pela Delegacia de Ordem Social, do que apurou esta Delegacia e que constam dos presentes autos, os indiciados José Ramos Filho e Oswaldo Felisberto, são os responsáveis pela distribuição nesse município dos boletins subversivos “Contra o Vale e o Barracão”, dos quaes (sic) existem dois exemplares constantes de fls. 4 e 5, nesses autos. Esses boletins vieram por via postal, procedentes da Capital do Estado, do partido comunista da citada Capital, dirigidos ao partido comunista local. Os indiciados são membros nesse partido, donde se vê que a distribuição desses boletins importa em responsabilidade desse mesmo partido comunista, mesmo porque esses boletins, como ficou dito e estabelecido está nesses autos pelas declarações do comunista Jerosino Pereira, esses boletins vieram do partido comunista da Capital do Estado. Fernandópolis, 22 de outubro de 1946. Delegado de Policia (a) Antonio Espinhal Castelo Branco³¹.

A ação do DOPS em 1946, em um momento em que o PCB ainda não havia sido cassado e colocado na ilegalidade, denuncia evidências do processo de criminalização policial e política dos movimentos sociais de trabalhadores. O relatório intenta criminalizar Oswaldo Felisberto por distribuir panfletos no ambiente rural de Fernandópolis, evidência da sua militância política.

Nas declarações para o inquérito policial do arrendatário de terras José Ramos Filho, Oswaldo Felisberto é identificado como um dos principais representantes da “liga camponesa” de Fernandópolis e informa que recebeu o boletim “**Contra o Vale e Barracão**” de Felisberto. O boletim “Contra o vale e o barracão” parece ter sido distribuído em Fernandópolis e em toda região. O boletim, textualmente, informa que:

O vale é um roubo. Tudo no “Barracão” é mais caro e mais ordinário. O contrato de arrendamento obriga a entregar ao patrão quasi (sic) tudo o que possuímos. Trabalha-se o ano inteiro, de sol a sol, mas a vida é cada vez pior. A fome dos filhos e da mulher cresce e as doenças aumentam. Não temos médicos e os remédios são cada dia mais caros. Tudo isso porque a terra não nos pertence. Precisamos conseguir um contrato melhor com os patrões. Não podemos continuar a entregar da terra tudo o que tiramos. Lutemos contra tanta miséria, contra tanta exploração, contra as brutalidades policiais, contra as perseguições e injustiças.

³¹ Prontuário 69.800 – Oswaldo Felisberto. DEOPS/SP, DAESP.

Para isso precisamos unir nossas forças. Vamos, juntos, organizar uma LIGA CAMPONESA. Assim organizados, havemos de vencer!³²

O panfleto descreve os modos de trabalhar e de exploração dos trabalhadores por meio do vale, do barracão, dos contratos de arrendamento das terras³³, a carência e a privação simbolizadas no termo “fome”, assim como as péssimas condições de saúde e a carestia dos remédios³⁴. Expressa uma postura política, já que conclama os trabalhadores para luta contra as injustiças e contra truculência policial. Oswaldo Felisberto foi processado e fichado no DOPS pela distribuição desse panfleto³⁵.

Nesse momento, o PCB ainda estava na legalidade. Certamente, a autoria do material pode ser atribuída à direção estadual do PCB, embora o boletim tenha sido usado como documento de prova em prontuários de trabalhadores na região de Fernandópolis e da Associação dos Trabalhadores Rurais de São José do Rio Preto, como evidencia o chamamento para a organização da “Liga Camponesa”³⁶.

³² PANFLETO Contra o Vale e o Barracão. Prontuário 6585 – Associação Agropecuária de São José do Rio Preto, DEOPS/SP, DAESP. Prontuário 73.257 – Liga Camponesa. DEOPS/SP, DAESP.

³³ Irineu Luís de Moraes em suas memórias sobre sua militância política, atuando nas fazendas da região de São José do Rio Preto no início da década de 1950, afirma que, diante da complexidade da composição e de interesses dos trabalhadores rurais, a proposta de reforma agrária sempre era mais receptiva aos arrendatários de terra: “Com os arrendatários podia-se entrar direto na discussão sobre reforma agrária. Eles aceitavam porque estavam arrendando três alqueires de terra do fazendeiro pelo olho da cara. Nesses três alqueires eles trabalhavam, se molhavam de suor, passavam fome para colher um arrozinho, feijão ou milho e com isso pagar o arrendamento da terra do fazendeiro e sair com a mão abanando. Se alguém falasse em reforma agrária, eles seriam capazes de sair correndo e tomar a terra do fazendeiro violentamente. Eles aceitavam a idéia como também aceitavam o pequeno sitiante, o pequeno proprietário.” WELCH, C.; GERALDO, S. *Lutas camponesas no interior paulista*: memórias de Irineu Luís de Moraes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 153.

³⁴ Muitos trabalhadores se deslocavam para a região, porém não conseguiam o acesso a terra seja por meio da compra parcelada, motivado pela publicidade em torno da facilidade da aquisição elaborada por particulares ou “empresas colonizadoras”. Sobre essas relações de trabalho no Noroeste paulista, o historiador Natal Biscaro Neto entrevistou um administrador de fazenda, Ozório Marçal Guimarães, em que afirma que nas fazendas os “ranchos eram abrigos para aqueles que não tiveram acesso a terra, que se obrigavam ao trabalho de diaristas no campo, [...] se tornaram agregados no campo, quando se mudavam de um local para outro, [ou] eram expulsos da propriedade, [...] revela Ozório Marçal Guimarães: ‘Quando não dava certo da pessoa ficar na propriedade, eu pegava somente as telhas do rancho e o arame que por acaso a pessoa tivesse, pois a madeira usada já era da fazenda. Ninguém podia alegar ignorância, pois tudo estava escrito em contratos [...]’. Pelo contrato de agregação, o trabalhador rural se submetia aos fazendeiros ou sítiantes com os quais mantinha relação de trabalho e, em primeiro plano, reconhecia não ter direitos sobre a terra, reconhecendo-a como de seu patrão. ‘Eles chegavam e eu os garantia no comércio, fazendo suas compras por ano ou semestralmente. Eu mandava uma ordem por escrito e os empregados ou agregados iam fazer as compras, mas eu é quem pagava, depois acertava com os agregados, recebendo em arroz ou milho. Os bons arrendatários, eu segurava na fazenda reformando seus contratos. Os ruins eu botava para fora e, quando não queriam sair, eu os avisava do perigo de ‘amarelarem os pés’ ou ‘amanhecerem com a boca cheia de formiga’”. BISCARO NETO, N. *Memória e cultura na história da Frente Pioneira* (Extremo Noroeste paulista – décadas de 40 e 50). 1993. 180 fls. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. p. 54-55.

³⁵ Prontuário 69.800 – Oswaldo Felisberto, DEOPS/SP, DAESP.

³⁶ Parece que diante da impossibilidade legal da constituição de “sindicatos de trabalhadores do campo” a alternativa encontrada foi a organização de “ligas camponesas”. O Prontuário do “Partido Comunista Brasileiro” organizado pelo DOPS, no Estado de São Paulo, foi documentado com os “Estatutos da Liga Camponesa

A política de organização dos trabalhadores rurais em “ligas camponesas” ou em “associações de camponeses” constituía a forma de organização definida pelo PCB paulista a partir de 1946³⁷. A historiografia sobre as “ligas camponesas”³⁸ tem privilegiado essas práticas de organização e mobilização dos trabalhadores rurais apenas no Nordeste brasileiro, nas décadas de 1950-60, talvez pela visibilidade política que aqueles movimentos tenham conquistado. A obra de Edgar Carone parece fundar essa perspectiva historiográfica:

Outra problemática, que surge tardiamente no processo brasileiro, é a que resulta da maior consciência de classe, e que se traduz também no conflito pela posse da terra: é a dos que trabalham contra os que a possuem. Os primeiros movimentos são os das Ligas Camponesas no Nordeste, que surgem na década de 1950³⁹.

O prontuário de Oswaldo Felisberto no acervo do DEOPS está documentado com uma circular do “Partido Comunista de Fernandópolis”, cuja autoria é atribuída a ele, e identificado como “Secretário de Divulgação e Propaganda do Comitê Municipal de Fernandópolis”, documento de circulação interna, datado de 9 de março de 1946, direcionado às células e comitês distritais da cidade com o objetivo de organização do partido na região:

(Projeto de Estatuto)”. SECRETARIA SINDICAL, 23 de janeiro de 1946. Prontuário 2431, 14.º volume – PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. DEOPS/SP, DAESP.

³⁷ Sobre a legislação sindical e a orientação do PCB para as lutas no campo Maria Isabel Lemes Faleiros afirma que “Apesar da Consolidação das Leis Trabalhistas promulgada dois anos antes, de acordo com o Decreto 5452, beneficiá-los. A legislação sindical complementar [Decreto-Lei n. 7038 de 10 de novembro de 1944 e Portaria n. 44 de 19 de março de 1945, conforme informa a nota da própria autora] permitia aos proprietários e arrendatários se organizarem separadamente dos trabalhadores com ‘subordinação remunerada’, enquanto os pequenos produtores – parceiros, arrendatários e pequenos proprietários – eram contemplados com uma regulamentação especial de 1945 que os excluía dos sindicatos dos trabalhadores rurais colocando-os sob associações de caráter técnico-econômico.” FALEIROS, M. I. L. *Percursos e percalços do PCB no campo (1922-1964)*. 1989. 243 fls. Dissertação (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1989. p. 112-113.

³⁸ Cf. RANGEL, M. S. *Medo da morte e esperança de vida: uma história das ligas camponesas*. 2000. 372 fls. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Referências esparsas sobre as experiências de organização das “ligas camponesas” no interior do Estado de São Paulo, Cf. FALEIROS, M. I. L. *Percursos e percalços do PCB no campo (1922-1964)*. 1989. 243 fls. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo. MEDEIROS, L. S. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. 1995. 295 fls. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas. Sobre as ligas camponesas no Brasil, Cf. AUED, B. W. *A vitória dos vencidos: Partido Comunista Brasileiro – PCB – e ligas camponesas, 1955-64*. Florianópolis: UFSC, 1986. AZEVEDO, F. A. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. BASTOS, E. R. *As ligas camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984. CARVALHO, R. *Carro doce: o romance das ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Anima, 1986. MORAIS, C. S. *História das ligas camponesas do Brasil*. In: STÉDILE, J. P. (Org.). *História e natureza das ligas camponesas*. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

³⁹ CARONE, E. A. *Quarta República (1945-1964): documentos*. São Paulo: Difel, 1980. p. 300.

“uma ajuda no sentido de tornar uniforme a sua estrutura orgânica e ao mesmo tempo armar todos os companheiros da direção e das bases”⁴⁰.

O mais interessante foi Felisberto protocolar uma petição em 11 de janeiro de 1945 para o cargo de escrivão de polícia interino na Delegacia de Polícia de Fernandópolis. Por alguma razão, o delegado ignora a petição. Esta foi encaminhada e Felisberto nomeado para o cargo em 10 de maio de 1946, porém não lotado. Esse fato parece não ter agradado a muitos na cidade, pois Felisberto foi “denunciado” junto a Secretaria da Segurança Pública como comunista⁴¹. Essa “denúncia” provocou o deslocamento do serviço secreto do DOPS para a cidade e um debate interno sobre as responsabilidades e sobre a nomeação para o cargo de escrivão, até descobrirem que esta era devida a uma petição própria de Felisberto, fato que encabulou e indignou a muitos, incorrendo na exoneração de Felisberto⁴².

O fato intrigante para o historiador é a petição de Felisberto para o cargo de escrivão de polícia. Naquele momento, Felisberto trabalhava em um escritório de contabilidade e poderia estar profissionalmente descontente. Tendo conhecimento de que havia vagas para o cargo de escrivão de polícia na Delegacia de Polícia de Fernandópolis, não titubeou em protocolar a petição. Todavia, pode ter pesado em sua decisão de formular uma petição o fato de que a Delegacia de Polícia de Fernandópolis constituía-se, factual e simbolicamente, em um local de repressão aos movimentos sociais e ao PCB local, e o seu delegado um agente nesse processo. Infiltrar-se nos meandros do poder local e trabalhar na contra-informação poderia ter configurado uma estratégia para os trabalhadores na cidade, tarefa assumida por Oswaldo Felisberto.

⁴⁰ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Secretário Municipal de Fernandópolis. Circular n. 1. Prontuário 69.800 – Oswaldo Felisberto. DEOPS/SP, DAESP.

⁴¹ Ofício de denúncia “Exmo. Sr. Dr. Secretário da Segurança Pública. – São Paulo – Tendo sido nomeado recentemente OSWALDO FELISBERTO, residente em Fernandópolis, para o cargo de Escrivão de Polícia, é a presente levar ao conhecimento de V. Excia., que esse indivíduo é um comunista agitador, elemento verdadeiramente sem qualidade, caloteiro, sem dignidade, sem profissão, enfim um verdadeiro lacaio que aqui vive extorquindo dinheiro dos incautos em nome do Partido Comunista. V. Excia., poderá dirigir ao Dr. Delegado de Polícia de Fernandópolis, pedindo informações que as obterá com relação a informação supra. – Despacho: - De Ordem do Sr. Secretario, ao Sr. Delegado Aux. Da 5ª. Divisão, para informar, S. Paulo, 8 de junho de 1946. a) Augusto Gonzaga.” Prontuário 69.800 – Oswaldo Felisberto. DEOPS/SP, DAESP.

⁴² Após diversos ofícios e radiotelegramas, o Chefe da Diretoria do Pessoal informa: “SECRETARIA DA SEGURANÇA PUBLICA:- Diretoria do Pessoal - 1ª. Secção – Informação n. 2411 – Interessado: Esta Secretaria – Assunto: Nomeação do Sr. Oswaldo Felisberto, para o cargo provisório da Classe “E” da carreira de escrivão de Polícia. [...] Assim, julgamos, data vênua que não cabe responsabilidade a esta secção pela nomeação supra que alias já foi tornada sem efeito por decreto publicado hontem (sic), dia 1 de agosto. Entretanto, alvitramos data vênua, para que não se repitam casos idênticos, que antes novas nomeações [de escrivães] e carcereiros, se diligencie a pesquisa de antecedentes políticos sociais, s. m. j. É o que nos cabe informar. Diretoria de Pessoal - 1ª. Secção em 2 de agosto de 1946. O Chefe de Secção (a) Faria Cardoso Diretor do Pessoal.” Prontuário 69.800 – Oswaldo Felisberto. DEOPS/SP, DAESP.

O que quero com essa discussão é chamar a atenção para as circunstâncias vividas e para a trajetória de Felisberto, assim como para a construção da memória familiar sobre esse passado. A desconstrução da imagem de Oswaldo Felisberto como militante comunista parece situar a narrativa de Yara Felisberto em um projeto familiar de construção de uma memória pública da família Felisberto, em que desqualifica o passado de militância política e posiciona a família no presente a partir de um lugar político “neutro”.

A resposta à primeira pergunta elaborada na entrevista situa o lugar social do qual partiu Yara Felisberto para a construção dos sentidos do passado vivido pela sua família. Certamente, o trabalho de composição dessa memória foi tema de discussão familiar:

Yara Maria Felisberto: É na verdade são..., às vezes coisas que a gente ouviu contar porque nessa época eu num..., não era nascida. Eu nasci em cinquenta. (risos) Então eu não me lembro de nada do que aconteceu, naquela época, mais assim de coisas que a gente ouviu falar da época, né? E mais das **consequências desse período**, porque na verdade ele num..., era simpatizante do Partido Comunista e por ser simpatizante ele sofreu as consequências [...]⁴³.

É provável que as “consequências” vividas marcaram as experiências da família Felisberto. Sentindo profundamente, Yara narrou em sua entrevista a morte de seu avô paterno:

Yara Maria Felisberto: Muitos foram discriminados aqui. Aqui em Fernandópolis foram, né!? Eu já me lembro de outra fase, da fase de sessenta e...

Pesquisador: Sessenta e quatro?

Yara Maria Felisberto: Sessenta e dois..., sessenta e quatro..., sessenta e cinco, sessenta e quatro quando meu avô faleceu [segundo Idelma Felisberto o falecimento ocorreu em 1965]. E... me lembro até que naquele tempo era costume leva o corpo pra ser benzido na Igreja. E a minha mãe, eu me lembro assim, ela gostava muito do sogro, e quando foi... ela foi pedir pra levar o corpo pra passar na Igreja o padre da época não autorizou, não permitiu! Porque ele era comunista, meu avô. Ele dizia: “nós não deixamos que se entre comunistas dentro da Igreja.” “Mas como é comunista? Ele é uma pessoa, um ser humano!” Ele falou: “Não é mais permitido!” E a minha mãe ficou muito magoada com a Igreja na época, porque ela era católica. Ela ia até a igreja, tudo. E as irmãzinhas aqui do lado frequentava a nossa casa, então era um negócio meio... meio esquisito. E ela ficou muito magoada com a Igreja naquela época, por esse motivo que não quiseram deixar o corpo dele entrar na igreja antes de ir para o cemitério. Então têm umas coisas assim, uns fatos assim que marcaram. E depois no futuro o fato de meus irmãos terem de sair daqui porque não arrumavam emprego de jeito nenhum, passavam em concursos de banco tudo, mas não eram chamados pra vaga. Então eles não conseguiam emprego e muito cedo tivemos de sair daqui, nós três primeiros depois a minha irmã mais nova e por último meu pai e minha mãe. Fomos pra Santo André!⁴⁴

⁴³ Yara Maria Felisberto. Fernandópolis/SP. 12/08/2006. Acervo do pesquisador. (Grifos nosso).

⁴⁴ Idem. Na lista elaborada pelo Serviço Secreto do DOPS em 19 de fevereiro de 1948 o nome de Teófilo Viana Felisberto aparece identificado como comunista. Prontuário 69.800 – Oswaldo Felisberto. DEOPS/SP, DAESP.

Para Yara Felisberto, todos esses fatos são evidências da perseguição política à sua família. Como compreender a reelaboração política de Oswaldo Felisberto e de sua família diante de suas vivências? Sua narrativa de 1996 sobre a história do movimento de 1949 é significativa para a compreensão desse processo:

Oswaldo Felisberto: [...] Mas, enfim, o processo político desenvolveu pro outro lado agora, que é melhor agora do que naquele tempo. Não existe mais comunismo, nem na União Soviética. Não há mais problema de comunismo. Existe esse problema aí de sem terra, que esses tal de sem-terra, que é um problema social, que eles terão que futuramente resolve isso. Mas é muita malandragem também no meio, viu..., tem muito nego aí que nunca foi da terra que tá metido aí no meio disso aí, viu. Isso aí não é assim. Então, o governo tá acertando pra vê se chega lá. [...]. De forma que nu, num, hoje não existe mais esse problema... Fazê esse **levantamento**? Não traz, **não traz consequência nenhuma, não traz influência pra Fernandópolis**. Pelo contrário, traz influência péssima, não é?! Não traz uma influência boa. Mas, não surtiu efeito nenhum. Nem por Partido Comunista nem pra eles. O Partido Comunista num, só queria agitação, só agitação, só fazê agitação. Foi uma etapa, uma folha negra⁴⁵.

Alessandro Portelli chama a atenção para o caráter dialógico da entrevista e para os sentidos das questões que os entrevistados sempre formulam ao pesquisador durante a entrevista, invertendo na relação⁴⁶. A interpretação da narrativa de Felisberto pode ser a de que aquele movimento de 1949 não trouxe mudança nenhuma na situação vivida pelos trabalhadores rurais, tanto é que ainda hoje estes lutam pela terra. O problema agrário e fundiário no Brasil foi reduzido a um “problema social” que o governo “futuramente” deverá revolver. Reproduzindo imagens disseminadas no senso comum, de que na luta pela reforma agrária hoje, muitos dos envolvidos não são trabalhadores rurais sem terra, posicionou-se favoravelmente à política do governo Fernando Henrique Cardoso para com os movimentos sociais de luta pela terra. O termo “levantamento” assumiu para Felisberto um sentido duplo e ambíguo. Parece que Felisberto não está contente com o “levantamento” histórico desse passado, pois para ele o “levantamento” do “levante comunista” não traz no presente nenhuma “influência [positiva] para Fernandópolis”. A disputa em torno das memórias sobre o movimento dos trabalhadores em 1949 levou Felisberto a se posicionar em 1996 contrariamente às suas próprias vivências e posições políticas assumidas no final da década de 1940 e início da década seguinte. É provável que a sua trajetória de vida corrobore as posições assumidas durante a década de 1990. O sentido atribuído ao passado expõe posições políticas

⁴⁵ Oswaldo Felisberto. Santo André/SP, entrevista realizada por Áurea Maria de Azevedo Sugahara em 1996, sem data precisa.

⁴⁶ Cf. PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, EDUC, n. 14, p. 25-39, fev.1997.

e a defesa de projetos no presente. O presente vivido pelos sujeitos interfere na construção das versões sobre o movimento dos trabalhadores de junho de 1949. As disputas pela memória em torno dos sentidos atribuídos ao passado revelam dimensões das contradições vividas, das relações de poder e da luta de classes no presente e no passado.

A disputa em torno das memórias do levante comunista de 1949 torna-se cada vez mais evidente com a narrativa oral de Maria Doralice França Angeluci, irmã de Severiano Moreira França, comerciante e conhecido como militante comunista na cidade, que após o levante sofreu com a repressão policial e política e sentiu-se pressionado a mudar da cidade. Maria Doralice apresentou-se desde o início da pesquisa, ou do momento da concessão de sua entrevista, como portadora de uma versão significativa e expressiva para a compreensão do processo histórico e social de construção de memórias sobre o movimento de trabalhadores de junho de 1949 em Fernandópolis. Início a entrevista com o questionamento sobre as memórias do movimento de trabalhadores em 1949. Aliás, essa pergunta a motivou a falar por mais de 40 minutos, tempo em que eu apenas sinalizava “sim”, “não” ou “hum!”. Em diversos momentos fui indagado com “não é verdade?”. Com relação à pergunta narrou o seguinte:

Maria Doralice: Eles foram muito perseguido. Eles abriram o partido. O partido, quando foi o levante comunista, teve o levante comunista, foi logo daí dois anos; acho um ano, dois anos, mais ou menos, fecharam, acho que o presidente Getúlio Vargas fechô, e aí eles foram perseguidos; todos que eram fichados foi perseguido. Era chamado na delegacia! Punha soldado! Soldado não saia da porta procurando aonde que tinha reunião, aonde que não tinha. Eles foram muito perseguido... por causa que ele falava muito, eles falavam muito pelos trabalhadores... pelas pessoas que trabalhava, que ganhava pouco... tudo difícil. Que eles queria muito que viesse, ah... os latifundiários que é os...os que hoje nós sabemos que, que é os fazendeiros, os coronéis, que caíssem os coronel, que não fizesse tanto o povo de escravo, porque fazia de escravo!?

Ganhava uma miséria, mil e quinhentos, né! Naquele tempo, era o mil réis! E trabalhava demais, eles queria, eles era contra, a favor do povo, do povo pobre. Eles queria que separasse as terras. Que tivesse terra, que tivesse um... uma... uma nação mais justa. Eles trabalha pra isso até hoje, eles trabalha por conta disso. Uma pessoa mais justa. Onde se viu os zoto povo ganha tanto! E... uns ganha tão pouco!? Que a riqueza não é bem repartida!?

Eles tem isso na mente até hoje eles... se o senhor tiver a oportunidade de conversar com um comunista, com uma pessoa que é comunista, eles fala isso!?

Que a pessoa não, num, num vê, que a pessoa num, num vê assim com respeito e os comunistas vê, né! Eles acha que os pobres é muito sacrificado! Que a, o capital é dividido em poucas pessoas, só! Capitalistas, né! E os pobres só trabalha, só serve pá trabalhá pra eles!⁴⁷.

A narrativa de Maria Doralice parece pautar-se sempre pela afirmação da sua relevância enquanto narradora. Talvez porque esteja se preservando do esquecimento ao narrar, cravando uma memória pública sobre sua trajetória de vida e, assim, construindo a

“identidade do narrador” e resistindo à “ameaça do tempo”⁴⁸. Maria Doralice escolheu um determinado “caminho” para organizar e estruturar a história que iria narrar e delimitar o enredo do qual partiria nas entrevistas. A entrevista foi realizada quando Maria Doralice estava prestes a completar 76 anos de vida. Nesse momento de sua vida se encontrava viúva de Francisco Angeluci, que, juntamente com seus irmãos, foram proprietários de cinema em Fernandópolis e em diversas cidades da região.

O enredo presente em sua narrativa está marcado na relação construída pelas referências ao irmão, Severiano Moreira França, a defesa de “princípios comunistas” – “[...] apesar de que nunca aderi o movimento deles, por causa do marido, né! [...] mais eu achava, eu achava legal. Eu fui sempre simpatizante do Partido Comunista!” –, nas referências aos diálogos com os seus filhos (certamente, o que fundamentou diversos trechos de sua narrativa), e, por fim, a sua crença no espiritismo. É significativo quando Maria Doralice me questiona se eu sei que a Igreja Católica e os padres são contra os comunistas. Maria Doralice expressa a todo instante a sua subjetividade ao interpretar e narrar a versão para aqueles acontecimentos. Assim, constrói outros fatos nesse processo de composição de sua narrativa, fundamentado em uma determinada estrutura de sentimentos.

No período em que ocorreu o movimento em 1949, Maria Doralice já estava casada e o seu marido não era politicamente próximo ao cunhado. A entrevistada afirma, por essa razão, que se sentiu tolhida em relação a uma participação política efetiva naquele momento, mas enfatiza que quando o marido não estava na cidade, ia com a cunhada, esposa de Severiano, em algumas reuniões.

A versão construída parte de termos com sentidos históricos e políticos determinados. É o caso do uso das categorias históricas “latifúndio” e “latifundiários”, difundidas no Brasil, principalmente, a partir das décadas de 1950-60 com a disputa política em torno da questão agrária⁴⁹, particularmente por intelectuais próximos ao PCB e pelos periódicos pecebistas, para descrever os proprietários de terra – os “fazendeiros”, os “coronéis” – como aqueles que exploraram e expropriaram os trabalhadores rurais – os camponeses⁵⁰. O termo “fazendeiro”

⁴⁷ Maria Doralice de França Angeluci. Fernandópolis/SP. 4/5/2006, 10/05/2006. Acervo do pesquisador. Realizei duas entrevistas com Maria Doralice.

⁴⁸ PORTELLI, A. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. In: FENELON, D. R. et al. (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Editora Olho d’Água, 2004. p. 296.

⁴⁹ SANTOS, R. (org.) *Questão agrária e política*: autores pecebistas. Rio de Janeiro: EDUR, 1996.

⁵⁰ WELCH, C. A. *A semente foi plantada*: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2010. FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. (orgs.) *Lutas camponesas contemporâneas*: condições, dilemas e conquistas. v. I: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1989. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

era usual na região de Fernandópolis ou mesmo no Estado de São Paulo e o termo “coronel” utilizado no Nordeste para nomear os mesmos proprietários de terra e as consequentes relações de poder e dominação. Nesse momento, em sua narrativa, Maria Doralice parece revelar que não compreendia muito bem o significado de algumas palavras, como é o caso de “latifundiários”: “os que hoje nós sabemos que, que é”. Os conceitos “comunista” e “comunismo”, que Maria Doralice insistentemente se esforça por definir (até para legitimar sua narrativa) são pensados como aqueles “que falavam muito pelos trabalhadores” e que por isso foram “perseguidos”. Ainda, conceitos como “capital” e “capitalismo” situam as circunstâncias das desigualdades sociais e das relações sociais de produção: “o capital é dividido em poucas pessoas, só! Capitalistas! E os pobres só trabalha, só serve pá trabalhá pra eles”.

O uso desse repertório de categorias informa a narrativa de Maria Doralice, bem como o modo como interpreta esse processo histórico. O ato interpretativo procura determinar os principais problemas vividos pelos trabalhadores e os projetos em disputa naquele período. A versão construída a partir desse ato interpretativo para o movimento dos trabalhadores de junho de 1949 adquiriu forma e significado: “foi o levante comunista, teve o levante comunista”. A “questão fundiária” e a “luta pela terra” parecem produzir o significado desejado na utilização dos referidos termos: “Eles queria que separasse as terras. Que tivesse terra, que tivesse um... uma... uma nação mais justa”.

A entrevista de Maria Doralice foi motivada por suas memórias sobre o irmão, Severiano Moreira França. Minha preocupação inicial era reconstituir os rastros daqueles que estiveram de alguma forma relacionada ao movimento dos trabalhadores de 1949. O parentesco de Maria Doralice com Severiano justifica a entrevista na medida em que eu a considerava sujeito de experiências compartilhadas socialmente. Todavia, a subjetividade presente na construção de sua narrativa, o ponto de vista circunscrito, o diálogo estabelecido e exigido por Maria Doralice durante a entrevista (sempre me questionando a respeito dos assuntos tratados por ela), enfim, os procedimentos narrativos, dão forma e substância à entrevista. A narrativa de Maria Doralice tornando, portanto, significativa a experiência – e assim, uma entrevista representativa. Os contornos narrativos utilizados na composição da perspectiva que adquiriu seu ato interpretativo estão relacionados às suas memórias sobre Severiano Moreira França. Em um momento da entrevista – e eu ainda não havia ainda mencionado seu irmão – Maria Doralice narrou:

Maria Doralice: Porque eu entendo de.... de assim que quando eu comecei com quatorze que eu ouvia meu irmão falá é isso o Partido Comunista [...]. E a gente percebendo assim, eles qué um movimento justo, uma pessoa justa, que a pessoa tenha seu direito, porque a pessoa tenha seu direito, que hoje o povo num cuida direito, porque ninguém tem direito de nada. Só quem paga, quem... quem tá com o dinheiro aí... é que tem o direito... E eles é... é a favor dos trabalhador, assim, assíduo, sabe? Os trabalhador tinha que tá em primeiro lugar, o povo tinha que vê a classe mais pobre primeiro. Porque pu cê vê, até hoje o você vê um rico, nossa! Um rico, um fulano rico morreu... o pobre trabalhador morre lá na porta do hospital num tem, num tem nem um médico pá tomá conta, nem nada?!

Vagner: É!

Maria Doralice: E o coitado deixa a família aí e acabô a história. Depois a viúva fica com um salário mínimo, com os filhos morrendo de fome. Salário mínimo, o que dá pra comprá? Não dá! E o Partido Comunista, tudo mundo ganha igual...

Vagner: É!

Maria Doralice: Não é verdade? (risos).

Vagner: É... (Afirmar com a cabeça que sim.)

Maria Doralice: E eu penso isso, que... A gente que... tava por fora, e eu era menina muito nova assim, mas a gente via as conversa deles [...]⁵¹.

Para Maria Doralice não “acabou a história”. A construção da narrativa tem o presente como referência e adquire contornos significativos à medida que o relato histórico é descrito movimentando-se entre as temporalidades presente e passado, “o movimento de ir e vir, de lançadeira”⁵². Com sua narrativa dissidente, resiste e se afirma como sujeito histórico e se insere no tempo, não se referindo a apenas ela, mas também a seu irmão. O livro *Fernandópolis – nossa história, nossa gente*⁵³ foi interpretado por muitos na cidade como uma obra “parcial”, que privilegiou a “memória de alguns” em detrimento de outros, que “ficaram de fora” ou que foram tratados parcialmente. A disputa em torno da memória do passado da cidade parece marcar as narrativas de muitos, como as narrativas de Maria Doralice, Luiza Silva dos Santos e Adhair Silva (esposa e filho, respectivamente, de Antônio Alves dos Santos), assim como Anna Zendron Figueiredo e Zenith Zendron Figueiredo (esposa e filha, respectivamente, de José Antônio Figueiredo, conhecido como Zé Cearense), dentre outras narrativas.

Desse modo, Maria Doralice constrói sentidos para as lutas dos movimentos sociais daquela época e para os movimentos sociais dos dias de hoje – como relaciona presente e passado a todo instante em sua narrativa, ao circunstanciar as lutas do passado às lutas do presente, mediado pelas noções de “direito” e “justiça”. Ao historiar seu ato interpretativo, ou talvez muito mais a memória de um ato interpretativo, menciona o irmão e a lembrança de o quê ouvia-o falar, ou das conversas “deles”, os comunistas.

⁵¹ Maria Doralice de França Angeluci. Fernandópolis/SP. 4/5/2006, 10/05/2006. Acervo do pesquisador.

⁵² PORTELLI, A. “O momento da minha vida”..., p. 302.

⁵³ PESSOTA, A. J. et al. *Fernandópolis...*

Diante da referência a Severiano Moreira França, perguntei a Maria Doralice quem havia sido ele (essa foi a segunda pergunta que fiz na entrevista, depois de mais de 40 minutos de duração de sua fala, motivada com a pergunta inicial), ao que ela responde:

Maria Doralice: Ele tinha uma loja de secos e molhados e ninguém vinha na loja dele. Mas ficava dias e dias a loja aberta esperando e ninguém ia comprar. Tinha medo, eles tinham medo porque a polícia tava sempre abaixando ali, né! E sabe, o povo antigamente tinha mais medo de polícia que... (risos) ... é igual o Partido Comunista. O Partido Comunista e junto a polícia baixando (risos) é onde eles tinha medo... O senhor sabe, tudo isso é a ignorância. O senhor sabe que é ignorância do povo?!

Vagner: Sim.

Maria Doralice: O povo é muito ignorante. Eles falam do que não sabe, do que não... num vê, não estudam, eles não tem estudo... O quê que o senhor acha? Falava que matava criança, que comia criança, que quê o senhor acha? Não ia ter medo? Ia tê medo! Até ele morrer ele foi comunista e comunista depois que é comunista não volta mais... (risos) Ah, o povo falava assim, quando conversava, assim, com a gente: “Nossa, o você é irmã do Severiano? Nossa ele era comunista!” Ficava assim tudo espantado assim, como que era um bicho, assim... Foi muito perseguido viu seu... O Partido Comunista. O senhor pode por aí que é verdade... *Eu que sou testemunha, que o meu irmão foi preso não sei quantas vezes!*⁵⁴

Alessandro Portelli chama a atenção para o caráter dialógico da entrevista e para os sentidos das questões que os entrevistados sempre formulam ao pesquisador durante a entrevista, invertendo a relação⁵⁵. Maria Doralice parece querer enfatizar com esse procedimento narrativo a veracidade factual para o narrado: “O senhor pode por aí que é verdade”. Ou, como já mencionei, reincide a questão formulada diversas vezes ao pesquisador durante a entrevista: “não é verdade?”. A entrevistada utiliza a “autoridade” do pesquisador ou do professor de história para autorizar e autenticar sua fala. Mas qual o significado da “verdade”? Provavelmente, parte dessa verdade esteja relacionada ao que foi mencionado antes: intenção de “preservar o narrador [e o irmão] do esquecimento”⁵⁶, mas seria reduzir a pouco, minimizar sua narrativa a apenas esse fato – embora isso já seja em si significativo.

A trajetória de vida de Severiano Moreira França, mediada pela narrativa de Maria Doralice e pelos documentos do prontuário do DOPS de Severiano, circunstância a “verdade” insistentemente narrada por Maria Doralice. Pelo que consta, Severiano sofreu muito com a repressão policial após o movimento de ocupação e concentração de trabalhadores na cidade, ocorrido em 1948 – ou no levante de 1949. A sua casa de Secos e Molhados foi invadida constantemente pela polícia, além de ser permanentemente vigiada. Por conta disso, os

⁵⁴ Maria Doralice de França Angeluci. Fernandópolis/SP. 4/5/2006, 10/05/2006. Acervo do pesquisador. (Grifos nosso).

⁵⁵ PORTELLI, A. Forma e significado na história oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. *Projeto História*, São Paulo, Educ, n. 14, p. 25-39, fev.1997.

fregueses desapareceram e Severiano já não estava mais conseguindo sustentar sua família, pressionado a vender seu estabelecimento comercial, mudou-se para São Paulo. Lá acabou sendo preso e fichado diversas vezes pelo DOPS.

O primeiro documento que consta do Prontuário de Severiano no DOPS é uma carta datada de 20 de outubro de 1953 (a ordenação dos documentos nos prontuários do DOPS segue a sequência cronológica do arquivamento, assim, o primeiro documento é o último a ser arquivado) e assinada pelo Delegado Adjunto Hugo Ribeiro da Silva, em que se afirma:

Como se vê, não houve arbitrariedade, por parte de qualquer órgão deste Departamento, contra os dois “feirantes”, mas, a execução de uma medida de rotina, de polícia preventiva, no setor de ordem política e social.

Não se justifica, pois, o protesto enviado ao Sr. Presidente da República, que, aliás, é assinado por João Batista de Oliveira e outros, sendo aquele também fichado como elemento comunista, neste Departamento.

Certamente que, encontrando-se material comunista em poder de um indivíduo, nada mais justo que esse indivíduo esclarecer a Polícia, a origem de coisa apreendida.⁵⁷

Maria Doralice informa que Severiano, com o dinheiro da venda da casa de Secos e Molhados, comprou um caminhão e começou a fazer feira em São Paulo. Assim, em 1953, Severiano já estava residindo em São Paulo.

Pelo que se pode concluir a partir do documento, Severiano, um dos feirantes, havia sido preso e torturado. Na avaliação do delegado, “nada mais justo” para “a execução de uma medida de rotina” e o esclarecimento da “origem de coisa apreendida” – o “material comunista”. Parece ter criado algum constrangimento o protesto enviado ao Presidente da República, pois em relação a isso o delegado tenta justificar-se ao seu superior na carta.

Esse é o último documento do prontuário de Severiano. O primeiro data de 1946 e foi produzido pelo Serviço Secreto do DOPS, em diligência, na região de Fernandópolis, para averiguar e determinar quais eram os comunistas da cidade. Nesse documento, Severiano é apresentando como “Chefe Agitador”. Entre essas duas datas, há outros documentos que informa que Severiano foi preso por portar e distribuir “material comunista”. Há no seu prontuário uma foto, procedimento parecia não se constituir uma rotina do DOPS, pois nos prontuários cotejados para essa pesquisa, poucos prontuários foram apresentados e identificados com fotos⁵⁸.

⁵⁶ PORTELLI, A. “O momento da minha vida”..., p. 296.

⁵⁷ PRONTUÁRIO 72.525 – Severiano Moreira França. DEOPS/SP, SAESP.

⁵⁸ Idem.

Severiano Moreira França foi preso diversas vezes – ou melhor, “não sei quantas vezes”. A expressão indica um sem números de vezes de difícil quantificação para Maria Doralice. “Não sei quantas vezes” faz a mensuração perder-se nas inúmeras vezes que Severiano, Zé Cearense, Fernando Jacob e inúmeros outros trabalhadores foram presos nas Delegacias de Polícia de Fernandópolis, Votuporanga, São José do Rio Preto, Lins e São Paulo, relacionado aos movimentos sociais de trabalhadores que ocorriam na região de Fernandópolis.

A trajetória de vida do irmão marca as memórias de Maria Doralice. A repressão policial e a perseguição política tornaram-se problemas constantemente tratados em sua narrativa, seja para indicá-las como algo sofrido pelo próprio irmão ou, de forma genérica, a perseguição a “eles” – aos trabalhadores e ao Partido Comunista:

Maria Doralice: A gente fica pensando, fala mais... *ele* fez tudo aquela coisa pôs coitado dos comunistas prendia, mais prendia mesmo, seu Vagner, prendia mesmo! Num tinha, baixava assim onde tinha três, quatro, dez comunistas, prendia!

Vagner: Isso aconteceu aqui em Fernandópolis também?

Maria Doralice: Se num corresse prendia, jogava os livros dentro do banheiro, meu irmão jogou quantas vezes os livros dentro do, da privada aquelas privada de fundo de quintal, o senhor lembra?

Vagner: Sei!

Maria Doralice: Jogava os livros, num podia nem pegá livro! Se pegasse os livros que eles lia, ah... era posto, ia preso!

Vagner: Nossa!

Maria Doralice: Apanhava! O finado *Zé Cearense* levou uma surra, coitado, quando pegaro ele, depois, depois ele foi solto porque ele ficou ruim da, da vesícula. Acho que deve... batê, tê batido nele, coitado, até que estourou a vesícula, levaro ele pá Rio Preto e ele, depois ele saiu, ele largô, largô não! Ele num largô do Partido Comunista, ele ainda foi um tempo na casa do meu irmão escondido lá. Mas quando ele voltô ele já tava muito cansado de idade, sabe? Mais ele sofreu muito, foi muito perseguido o *Zé Cearense*, que pegaro. E porque era fichado e aqueles que era fichado era mais fácil de pegá. Meu irmão era fichado, Antônio Joaquim, o *Zé Cearense* [...]⁵⁹.

A partir da narrativa outras problemáticas emergem. O primeiro “ele” citado por Maria Doralice faz referência a Getúlio Vargas, atribuindo-lhe a responsabilidade pela repressão e tortura ao irmão. De certa forma, Maria Doralice está correta. Valeriano foi preso diversas vezes durante o “governo Vargas”, entre 1951 e 1954. Todavia, em outros momentos de sua narrativa, a entrevistada estabelece relação entre Getúlio Vargas e a cassação do registro do PCB, com consequente repressão aos comunistas.

⁵⁹ Maria Doralice de França Angeluci. Fernandópolis/SP. 4/5/2006, 10/05/2006. Acervo do pesquisador. (Grifos nosso).

O trabalho da memória de Maria Doralice remete-me à experiência de pesquisa de Alessandro Portelli⁶⁰ ao problematizar as narrativas de trabalhadores comunistas do setor naval de fundição de aço em Terni, cidade italiana, após a Segunda Guerra Mundial. Nesse período, o Partido Comunista Italiano atrelou-se ao “compromisso histórico” e à “união nacional”. A perspectiva política de “unidade nacional” rompeu com a possibilidade histórica e revolucionária de tomada de poder e o socialismo não estava mais na agenda do Partido Comunista Italiano. Para Portelli, esse fato marca as experiências de militantes comuns, “tornou-se crescente a dificuldade para expressar ou mesmo entender os desejos e esperanças frutados. O resultado foi o estabelecimento de um profundo conflito entre a racionalidade do mundo concreto e o sonho de um outro mundo possível”⁶¹. O autor interpreta essas “distorções” expressas nas narrativas como “mundos possíveis” ou como “possibilidade”, significando a existência de outros projetos, tendências e propostas para o porvir histórico, “sonhos e desejos há muito enterrados no inconsciente”. Diante de “histórias de expectativas malogradas”, a “imaginação criativa” de trabalhadores “é a forma narrativa do sonho de uma vida pessoal e de uma diferente história coletiva” – “os sonhos ucrônicos”⁶².

A relação entre Getúlio Vargas e a cassação do registro do PCB, que ocorre em 1947, com consequente repressão aos comunistas, talvez possa ser compreendida com a distorção presente na narrativa de Maria Doralice. A distorção não torna a narrativa de Maria Doralice “mentirosa” e, por essa razão, não utilizável no trabalho de produção do conhecimento histórico. A narrativa de Maria Doralice é uma evidência de que parte do mito e das imagens construídas em torno de Getúlio Vargas não tem hoje sustentação social e têm sofrido significativas críticas⁶³. Para Maria Doralice, o processo histórico vivido foi construído e apreendido numa perspectiva de continuidade temporal, pois as práticas de repressão e perseguição política não foram interrompidas no período entre 1945 a 1950. Maria Doralice sugere que as práticas de repressão e perseguição política vêm desde muito tempo, mencionando o caso de Olga Benário e situando-o sob a mesma perspectiva.

Esse tempo parece não sofrer interrupção na história. Assim, Maria Doralice também estabelece uma relação entre o movimento dos trabalhadores de 1949 com o MST e a luta pela terra nos dias hodiernos:

⁶⁰ PORTELLI, A. Sonhos ucrônicos. Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. *Projeto História*, São Paulo, Educ, nº. 10, p. 41-58, dez/1993.

⁶¹ Idem, p. 46.

⁶² Idem, p. 43-50.

⁶³ HOBSBAWM, E. J. ; RANGER, T. (orgs.). *A invenção das tradições*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

Maria Doralice: Eles eram mais ou menos que nem os sem-terra. Quando eu vejo o Movimento dos Sem-Terra, seu Vagner? Vamos falar realmente. Quando eu vejo a polícia baixá no povo, nos trabalhador, desmanchá aqueles casebre deles, aquilo me dói por dentro, até desligo a televisão. Porque eu sei que existe isso mesmo. Mas a gente vê assim de cara limpa, assim, batê naquele povo, jogá tudo fora, desmanchá casa, aquilo pra mim é um ato de vandalismo e o governo assinano em baixo, pelo amor de Deus, quê que é isso, né? Não dá uma palavra, e dizê “Não, não! Não vai desmanchar”. O que tá lá faz casa então pra eles... arruma as coisas pra eles, pra eles... não jogá na rua criança, né, muié, tudo as pessoas...

Vixi!

Esses povos comunistas é contra aquilo ali, que o senhor precisa de vê! A polícia em cima, que nem ficá em cima de um ladrão, de um assassino. Porque que tem muito ladrão? Por causa disso, só! É uma desigualdade total, é injustiça total! Por isso o senhor vê o que virou o nosso lugar, primeiro não tinha é... porque o que comanda mais o... aqui a terra, o nosso Brasil, é os latifundiários, é os... esses... é o tráfico de droga, o senhor sabe que é verdade. Que eu tô falando verdade, que a gente tá vendo aí, que a gente não é bobo, não nasci ontem, tenho 76 anos.⁶⁴

Além de se indignar e identificar a continuidade nas práticas de coerção e criminalização dos movimentos sociais, a narrativa de Maria Doralice aponta para uma tendência no presente: a continuidade das lutas dos trabalhadores pela terra. Ao desenvolver essa operação intelectual estabelece a relação entre aquelas experiências do passado dos movimentos sociais no campo e as atuais lutas pela reforma agrária. Maria Doralice associa no presente a “desigualdade total” e a “injustiça total” aos “latifundiários” – ou à “antiga” questão agrária. Todavia, aponta a complexidade para a resolução dos problemas vividos no presente na medida em que sinaliza para o “tráfico de drogas” e para o entendimento dos traficantes como aqueles que dividem o poder com os latifundiários no Brasil.

O processo histórico de ocultação de experiências sociais dos trabalhadores rurais, em seus diversos movimentos de luta por transformações sociais, tem sido utilizado na composição do saber histórico hegemônico. Talvez, o levante de trabalhadores de 1949, os demais movimentos sociais contra relações de trabalho de exploração e de luta pela terra, que ocorreram nas décadas de 1940 e 1950, sejam as “causas perdidas no passado poderiam ser ganhas no presente”, parafraseando E. P. Thompson⁶⁵, uma vez que no presente tem ocorrido na região próxima a Fernandópolis diversas ocupações de terras, acampamentos e assentamentos, organizados pelos trabalhadores rurais sem terra.

⁶⁴ Maria Doralice de França Angeluci. Fernandópolis/SP. 4/5/2006, 10/05/2006. Acervo do pesquisador.

⁶⁵ Cf. THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. A árvore da liberdade. Trad. Denise Bottmann. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 1, 1997.

Considerações finais

As tensões em torno das memórias e histórias narradas mobilizam os trabalhadores na luta para afirmar memórias e histórias de classe. Perceberam o quanto é relevante para a mobilização e organização da classe a celebração de uma memória de classe, com marcos históricos próprios, datas e eventos. Um ano após o movimento de trabalhadores de 1949 em Fernandópolis foi organizada uma festa em Populina, de onde os trabalhadores saíram para o movimento em direção a Fernandópolis, na noite de 23 para 24 de junho de 1949. Com o título “**Aniversário da luta em Fernandópolis**”, o periódico do PCB “Voz Operária” noticia que no “sertão de Fernandópolis” os trabalhadores se mobilizaram contra a exploração dos latifundiários:

No dia 23 de junho [de 1950], comemorado o aniversário do **levante**, os camponeses realizaram um “terço” e um grande baile, em que compareceram mais de 350 pessoas. Falaram ao povo o líder camponês Zé Cearense e o vereador de Prestes, Mario Longo, que alegria [...]. Mario Longo – Votuporanga, 28 de junho de 1950.⁶⁶

Mario Longo, autor do comunicado publicado na imprensa pecebista, vereador e trabalhador residente em Votuporanga naquele período, cidade localizada pouco mais de 30 quilômetros de Fernandópolis, foi processado por participar como “vereador de Prestes” no “II Congresso das Municipalidades” em Ribeirão Preto, ocorrido em junho de 1949⁶⁷. Não apenas para Mario Longo, que participou e compartilhou do evento comemorativo em Populina, mas certamente para muitos de seus companheiros, o movimento ocorrido em Fernandópolis em 1949 tratava-se de um “levante” e constituía-se num marco da luta dos trabalhadores na região, um momento em que os trabalhadores compartilharam sonhos e projetos para suas vidas. Para Mario Longo, a celebração, constituía-se no espaço de sociabilidade, de “alegria”, além de solidariedade e luta.

A questão relevante é o fato de que em 1950 parecia significativo celebrar a luta de trabalhadores por seus direitos e na luta pela terra. Entretanto, alguma coisa se perdeu nesse processo histórico que, dialeticamente, relaciona presente e passado, e as lutas dos trabalhadores daquele período parece não compor as tradições e memórias dos trabalhadores no presente.

⁶⁶ VOZ OPERÁRIA, n. 61, 22/07/1950, p. 10. (Grifo nosso).

⁶⁷ Prontuário 76.273 – Mario Longo. DEOPS/SP, DAESP.

A memória dividida⁶⁸ de alguns sujeitos entrevistados limita-se em afirmar que as memórias do “acontecimento” restringem ao medo que provocou na cidade a “ameaça comunista” ou que não se recordam do fato. E a partir dessa perspectiva, o movimento dos trabalhadores em 1949 é caracterizado como algo que não aconteceu ou reduzido à tentativa de “invasão” da cidade por comunistas. As disputas políticas em torno de quais memórias e histórias devem ser narradas e rememoradas marcam as histórias da cidade e, nesse embate, a correlação de forças parece ter sido ganha pelas classes dominantes e dirigentes da cidade. Todavia, não tem sido suficiente para silenciar memórias dissidentes sobre o presente e o passado dos trabalhadores e seus movimentos sociais.

⁶⁸ Cf. PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Coords.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.